

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

2013-2017

**Comissão Municipal de Defesa da
Floresta Contra Incêndios
de Ferreira do Zêzere**

Caderno II – Plano de Ação

Dezembro 2013

Índice

Enquadramento do plano municipal de defesa da florestal contra incêndios	1
 Modelos de combustíveis, cartografia e prioridades de defesa contra incêndios florestais	2
Modelo de combustíveis florestais	2
Cartografia de risco de incêndio florestal.....	3
- Perigosidade de incêndio florestal	3
- Risco de incêndio Florestal	4
Prioridades de defesa	4
 Objetivos e metas do PMDFCI	5
Tipologia	5
Objetivos e metas.....	5
 Eixos Estratégicos	6
1. Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	6
Objetivo estratégico.....	6
Objetivos operacionais.....	6
Ações	6
- Levantamento da rede de defesa da floresta contra incêndios.....	6
- Planeamento de ações	9
Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA.....	9
Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA.....	13
Normas de edificação em espaço rural	14
Rede viária florestal	16
Rede pontos de água.....	16
Metas e indicadores	17
Orçamentos e responsáveis.....	18

2. Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios.....	19
Objetivo estratégico.....	19
Objetivos operacionais	19
Ações	19
- Avaliação.....	20
Sensibilização - Diagnóstico	20
Fiscalização -Diagnóstico	20
- Planeamento de ações	20
Sensibilização.....	20
Fiscalização	21
3. Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia e da gestão dos incêndios.....	23
Objetivo estratégico.....	23
Objetivos operacionais	23
Ações	23
- Vigilância e deteção	24
- 1ª Intervenção	25
- Rescaldo e vigilância pós-rescaldo	27
- Planeamento de ações	28
4. Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas	30
Objetivo estratégico.....	30
Objetivos operacionais	30
Ações	30
- Adoção de práticas de gestão pós-fogo.....	30
- Avaliação e mitigação	31
- Conceção de planos de recuperação de áreas ardidas	31
5. Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz	32
Objetivo estratégico.....	32
Objetivos operacionais	32
Ações	32

Índice de quadros

Quadro 1 – Metodologia para a elaboração da carta de modelo de combustíveis florestais	2
Quadro 2 – Metas do PMDFCI	5
Quadro 3 – Distribuição da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível	13
Quadro 4 – Identificação do responsável pela execução de cada tipo de FGC	14
Quadro 5 – Intervenções previstas na RVF do município pra 2013-2017	16
Quadro 6 – Intervenções previstas na RPA do município pra 2013-2017	17
Quadro 7 – Metas e indicadores – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período 2013 a 2017	18
Quadro 8 - Orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.....	18
Quadro 9 – Comportamento de risco - diagnóstico	20
Quadro 10 – Fiscalização - Avaliação	20
Quadro 11 – Sensibilização - metas e indicadores	20
Quadro 12 – Sensibilização – Orçamento e responsáveis.....	21
Quadro 13 – Fiscalização - metas e indicadores.....	21
Quadro 14 – Fiscalização – orçamentos e responsáveis	22
Quadro 15 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção (móveis e PV) nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo.	24
Quadro 16 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de 1. ^a intervenção nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo.	26
Quadro 17 – Identificação do n.º de reacendimentos, por ano, desde 2003....	27
Quadro 18 – Vigilância e deteção, 1. ^a intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio - metas e indicadores.....	28
Quadro 19 – Vigilância e deteção, 1. ^a intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio - orçamentos	29
Quadro 20 – Entidades intervenientes na CMDFCI	32
Quadro 21 – Entidades intervenientes na CMDFCI - Responsabilidades	33
Quadro 22 – Cronograma das reuniões CMDFCI	33

Índice de ilustrações

Ilustração 1 – Modelo de combustíveis florestais	3
Ilustração 2 – Perigosidade de incêndio florestal	3
Ilustração 3 – Risco de incêndio florestal	4
Ilustração 4 – Prioridades de defesa	4
Ilustração 5 – Rede de FGC e MPGC	7
Ilustração 6 – Rede viária florestal	7
Ilustração 7 – Rede de pontos de água.....	8
Ilustração 8 – Silvicultura preventiva realizada em 2012.....	9
Ilustração 9 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2013-2017	9
Ilustração 10 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2013	10
Ilustração 11 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2014	10
Ilustração 12 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2015	11
Ilustração 13 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2016	11
Ilustração 14 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2017	12
Ilustração 15 – Tempos de 1ª intervenção	25
Ilustração 16 – Gráfico da relação entre o número de ocorrências e o tempo médio de chegadas do primeiro meio ao local	27

Enquadramento do plano municipal de defesa da florestal conta incêndios

O principal objetivo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é o de constituir uma ferramenta, ao nível municipal que vá ao encontro das disposições presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios assim como das orientações emanadas do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo e do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode. Na sua elaboração levou-se ainda em conta o Plano Diretor Municipal do Concelho de Ferreira do Zêzere e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Para o cumprimento do disposto anteriormente, o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios deverá ser centrado nos eixos de acuação definidos no PNDFCI, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, sendo eles:

- 1.º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2.º Eixo - Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Eixo - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Eixo - Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- 5.º Eixo - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Os PMDFCI são elaborados pelas comissões municipais de defesa da floresta em consonância com o PNDFCI e com o respetivo planeamento distrital de defesa da florestal contra incêndios (n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

A elaboração, execução e atualização dos PMDFCI tem carácter obrigatório, devendo a câmara municipal consagrar a sua execução no âmbito do relatório anual de atividades (n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

Modelos de combustíveis, cartografia e prioridades de defesa contra incêndios florestais

Foram elaboradas, para o concelho de Ferreira do Zêzere, a carta com o modelo de combustíveis florestais, a cartografia de risco de incêndio florestal, que compreende a carta de perigosidade e carta de risco de Incêndio e ainda o mapa de prioridades de defesa.

Modelo de combustíveis florestais

A elaboração do Mapa dos Combustíveis Florestais (Mapa 1) teve por base a classificação criada pelo NORTHERN FOREST FIRE LABORATORY (NFFL).

Modelo	Descrição
1	Presença de vegetação fina, seca e baixa, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino, uma vez que é uma área agrícola
2	Vegetação contínua, fina, seca e baixa, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 a 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio
3	Vegetação contínua, espesso e ($\geq 1\text{m}$) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade
4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo
5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 metros, apresentando cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos
6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que no outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos
8	Constituída por folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas. É uma área crítica por apresentar um eucaliptal muito compacto e denso com abundância de material lenhoso, o que torna a área de difícil acesso e propensa a ocorrência e propagação de incêndios florestais. As condições meteorológicas como temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes podem tornar este modelo perigoso para a ocorrência de fogos florestais
9	Constituída por bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por ser um pinhal onde a espécie <i>Acácia</i> abunda em grande escala, podendo ser um flagelo à propagação de incêndios florestais

Quadro 1 – Metodologia para a elaboração da carta de modelo de combustíveis florestais

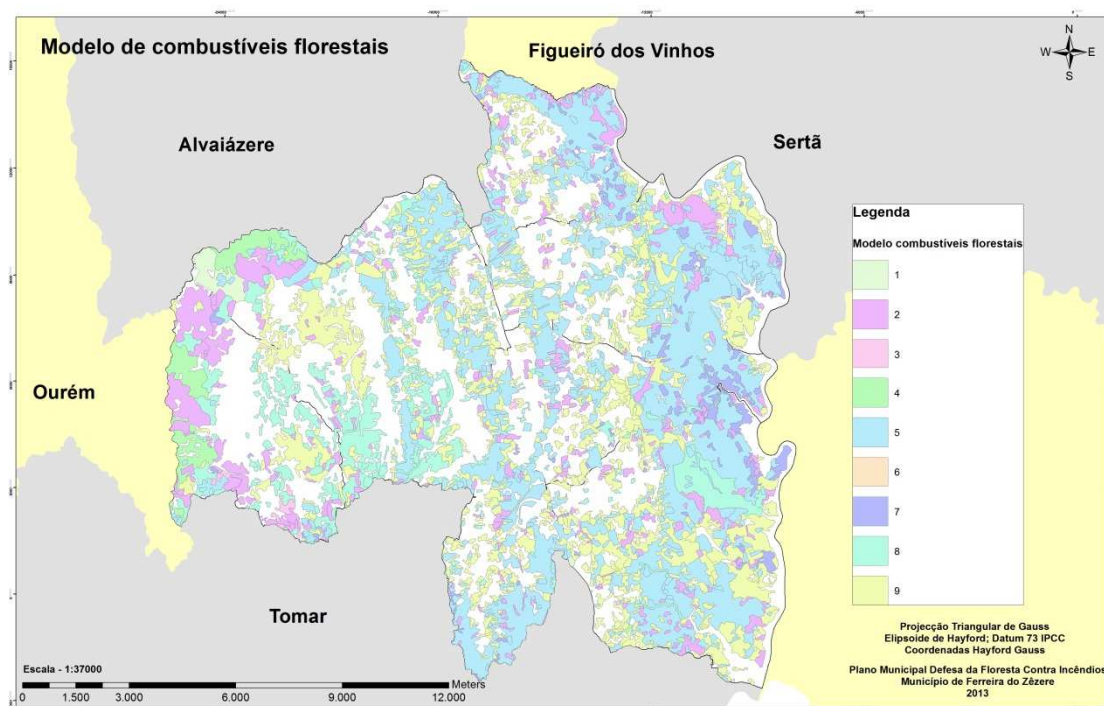


Ilustração 1 – Modelo de combustíveis florestais

Cartografia de risco de incêndio florestal

- Perigosidade de incêndio florestal

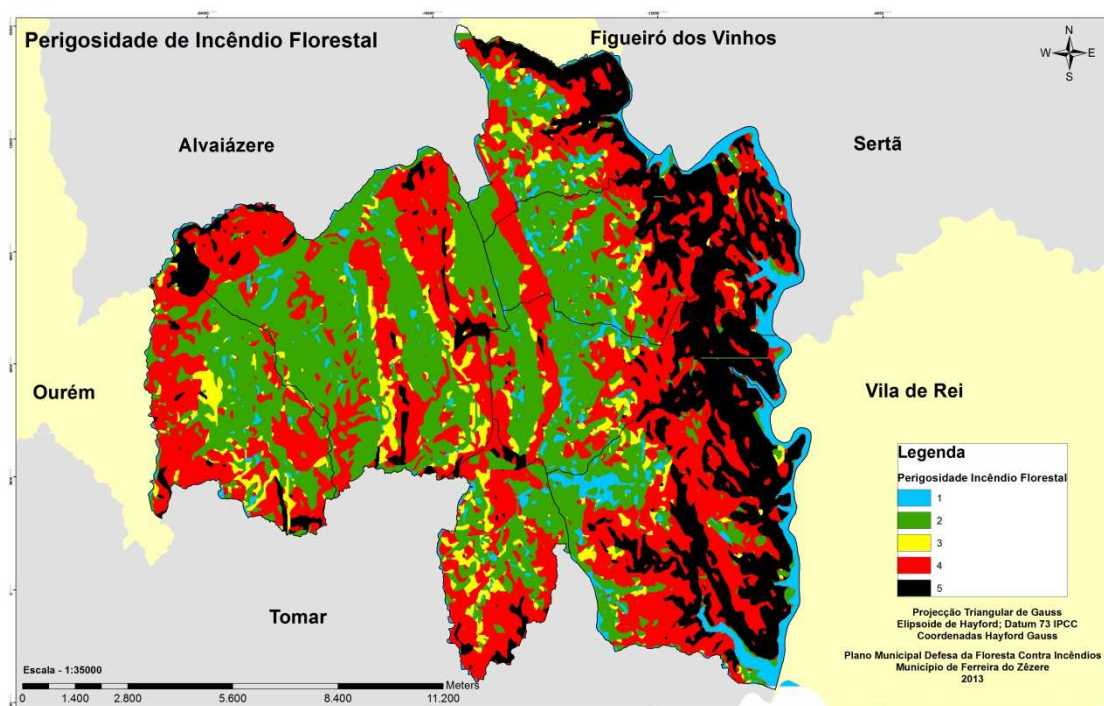


Ilustração 2 – Perigosidade de incêndio florestal

- Risco de incêndio Florestal

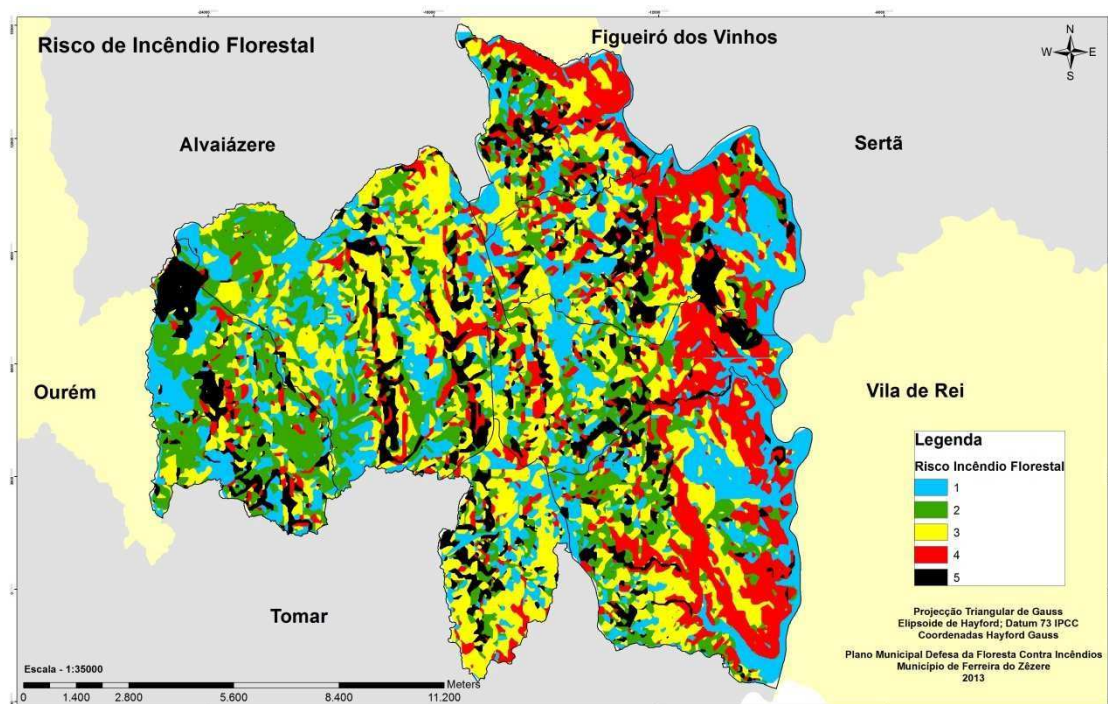


Ilustração 3 – Risco de incêndio florestal

Prioridades de defesa

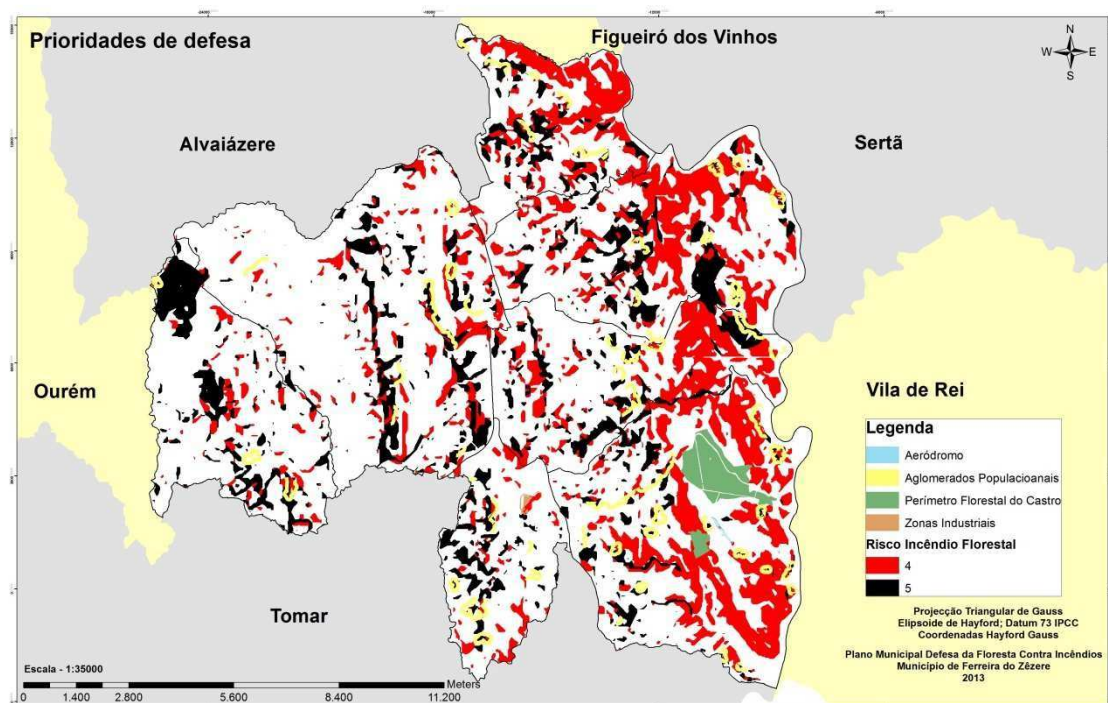


Ilustração 4 – Prioridades de defesa

Nota: Toda a cartografia de risco foi realizada de acordo com a metodologia desenvolvida pelo ICNF.

Objetivos e metas do PMDFCI

Tipologia

A necessidade de classificar os concelhos do País em relação ao histórico de incêndios e estratificar geograficamente o território de uma forma que se considera adequada, levou o ICNF, IP a definir uma tipificação do território, na qual se pondera o número de ocorrências e a área ardida pela área florestal dos respetivos concelhos. Deste modo, os municípios do território Continental podem ser divididos nas seguintes tipologias:

- Poucas ocorrências e Pouca área ardida (T1);
- Poucas ocorrências e Muita área ardida (T2);
- Muitas ocorrências e Pouca área ardida (T3);
- Muitas ocorrências e Muita área ardida (T4).

Assim, o concelho de Ferreira do Zêzere enquadra-se na Tipologia T1, que corresponde a um historial de poucas ocorrências e pouca área ardida.

Objetivos e metas

Pretende-se com a implementação do PMDFCI atingir o objetivo diminuir o número de ocorrências, bem como as áreas atingidas pelos incêndios, permitindo a mitigação dos impactos naturais e sociais associados a este fenómeno. O plano tem um horizonte temporal de planeamento e execução de cinco anos e permitirá desenvolver um conjunto de ações de prevenção e de redução do risco de incêndio.

As metas previstas para o período de vigência deste plano podem ser sumariamente descritas:

Metas do PMDFCI
Tempo de 1.ª intervenção inferior a 15 minutos em 90% das ocorrências
Diminuição do número de incêndios com áreas superiores a 1ha
Ausência de incêndios com áreas superiores a 100ha
Ausência de incêndios com duração superior a 12 horas
Ausência de reacendimentos

Quadro 2 – Metas do PMDFCI

Eixos Estratégicos

1. Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Objetivo estratégico	- Promoção da gestão florestal e intervenção preventiva em áreas estratégicas - Estabelecimento de normas para edificação em espaço rural
-----------------------------	---

Objetivos operacionais	- Proteção das zonas de interface urbano/florestal; - Implementação de um programa de redução de combustíveis;
-------------------------------	--

Ações
- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios; - Promover ações de silvicultura no âmbito da DFCl; - Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água);

- Levantamento da rede de defesa da floresta contra incêndios

A tendência para o aumento do risco de incêndio florestal obriga a aplicação de medidas com vista a tornar o território menos vulnerável. Por esta razão, importa aumentar a gestão ativa dos espaços silvestres, incentivar a administração florestal, aplicando estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

O Concelho de Ferreira do Zêzere apresenta uma extensa área de intervenção ao nível de faixas de gestão de combustível. Assim, devido ao grande número de edificações inseridas em espaços rurais e à grande dispersão da população, a rede de faixas de gestão de combustíveis atinge os quase os 6000 hectares. Perante este cenário torna-se de extrema importância o cruzamento desta rede com a Carta de Risco de Incêndio e Perigosidade, de forma a dar primazia de intervenção a áreas de elevado e extremo risco de incêndio.

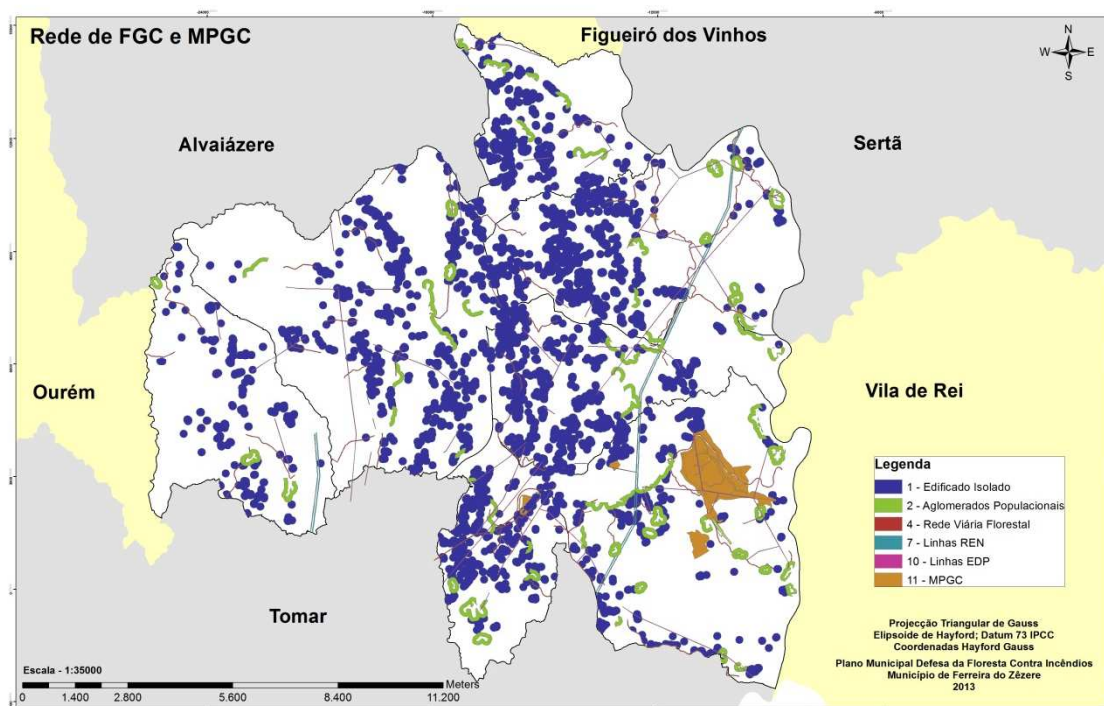


Ilustração 5 – Rede de FGC e MPGC

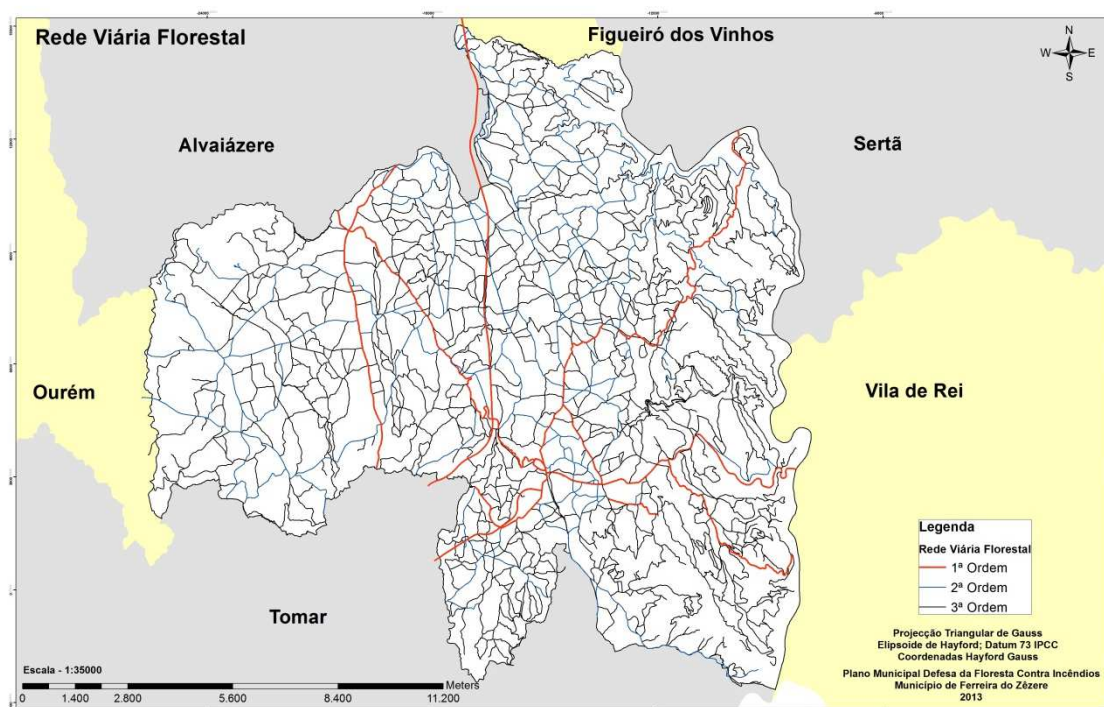


Ilustração 6 – Rede viária florestal

A rede viária de Ferreira do Zêzere possui sensivelmente 893Km de extensão entre rede viária florestal de 1ª, 2ª e 3ª ordem. Presentemente esta permite uma rápida e eficiente deslocação de meios a qualquer parte do Concelho

Como tal, e de acordo com o trabalho até aqui desenvolvido, pretende-se dar continuação à manutenção da RVF de 3ª Ordem, priorizando e racionalizando as intervenções por forma a garantir um reduzido tempo de chegada dos meios.

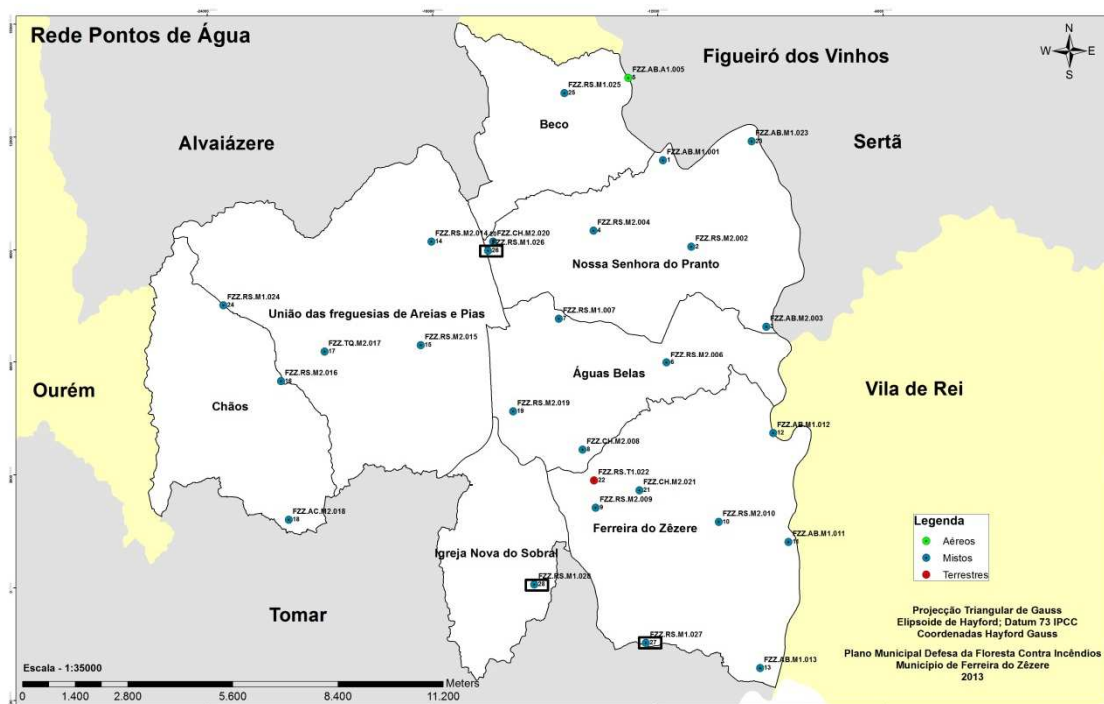


Ilustração 7 – Rede de pontos de água

A rede de pontos de água é composta por 25 pontos de água compreendendo treze reservatórios DFCl, um tanque, três charcas, um em albufeira de açude e sete em albufeira de barragem. Destes apenas dois não permitem uma utilização mista (meios terrestres e aéreos), sendo um apenas exclusivamente para meios aéreos e outro para apenas meios terrestres.

A distribuição dos pontos de água pela área concelhia não é uniforme existindo uma área principal onde a cobertura é deficiente. A zona sul do concelho, compreendendo a freguesia de Igreja Nova do Sobral e parte da freguesia de Ferreira do Zêzere possui uma cobertura inadequada, pelo que está previsto a construção de dois pontos de água nessa zona. Pretende-se também construir um terceiro para reforçar uma área que embora esteja presentemente servida por um ponto de água, este é de domínio privado, não podendo ser assegurada na totalidade as condições de utilização.

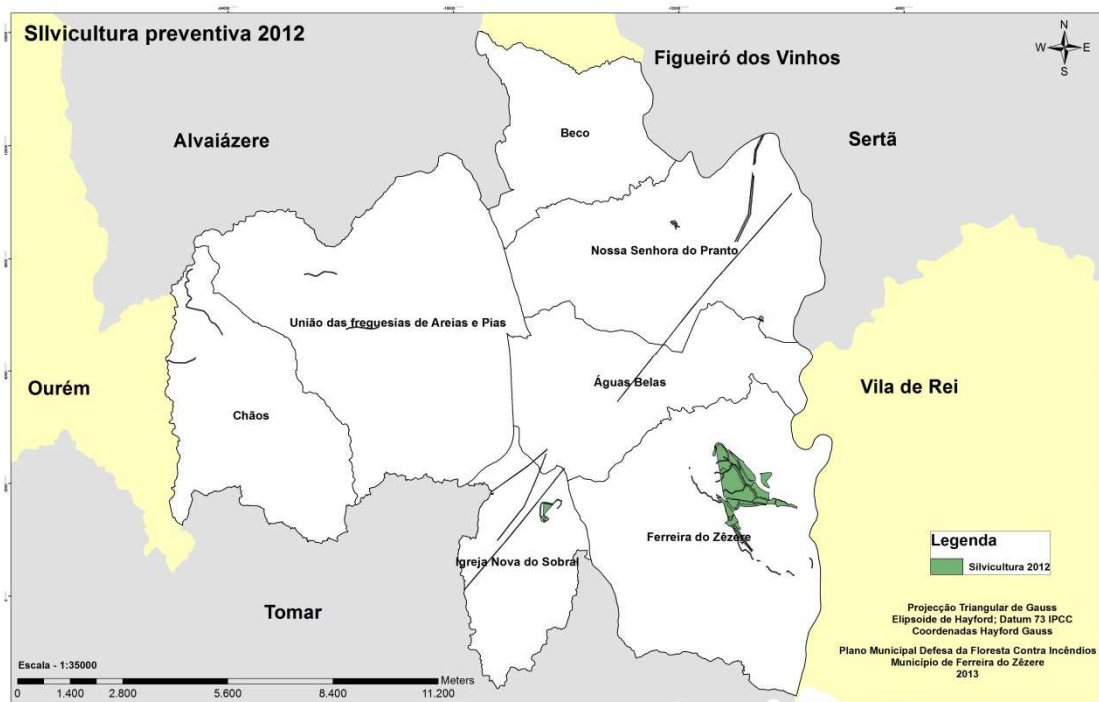


Ilustração 8 – Silvicultura preventiva realizada em 2012

- Planeamento de ações

Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA

Para o período de vigência do plano:

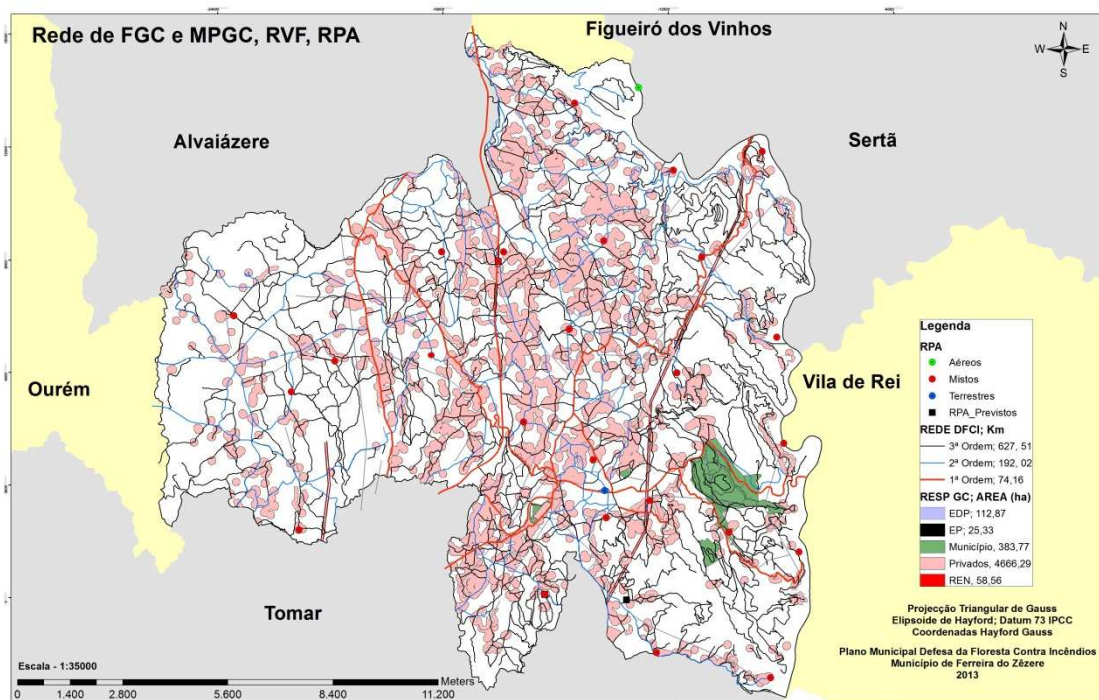


Ilustração 9 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2013-2017

Para cada um dos anos:

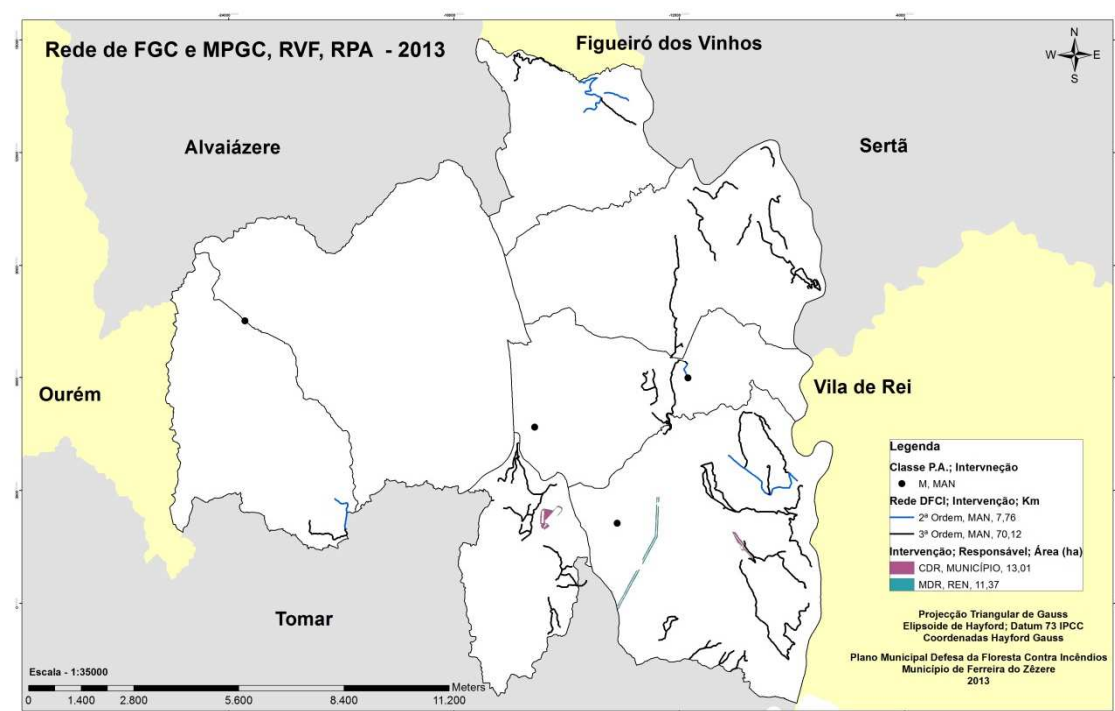


Ilustração 10 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2013

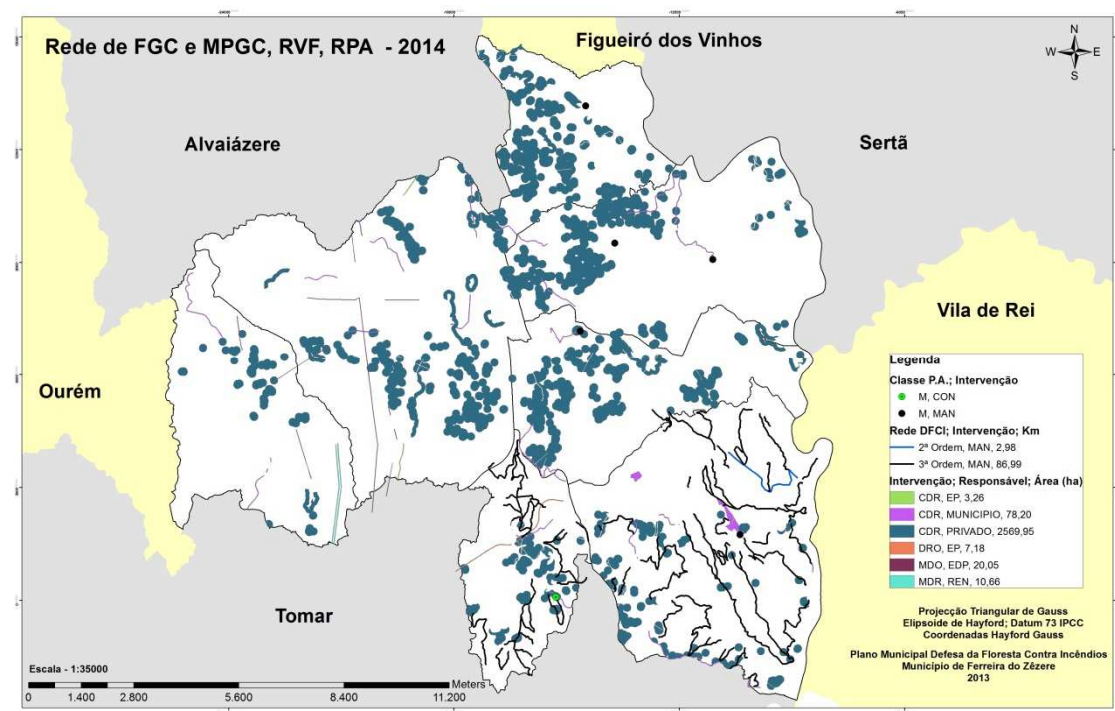


Ilustração 11 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2014

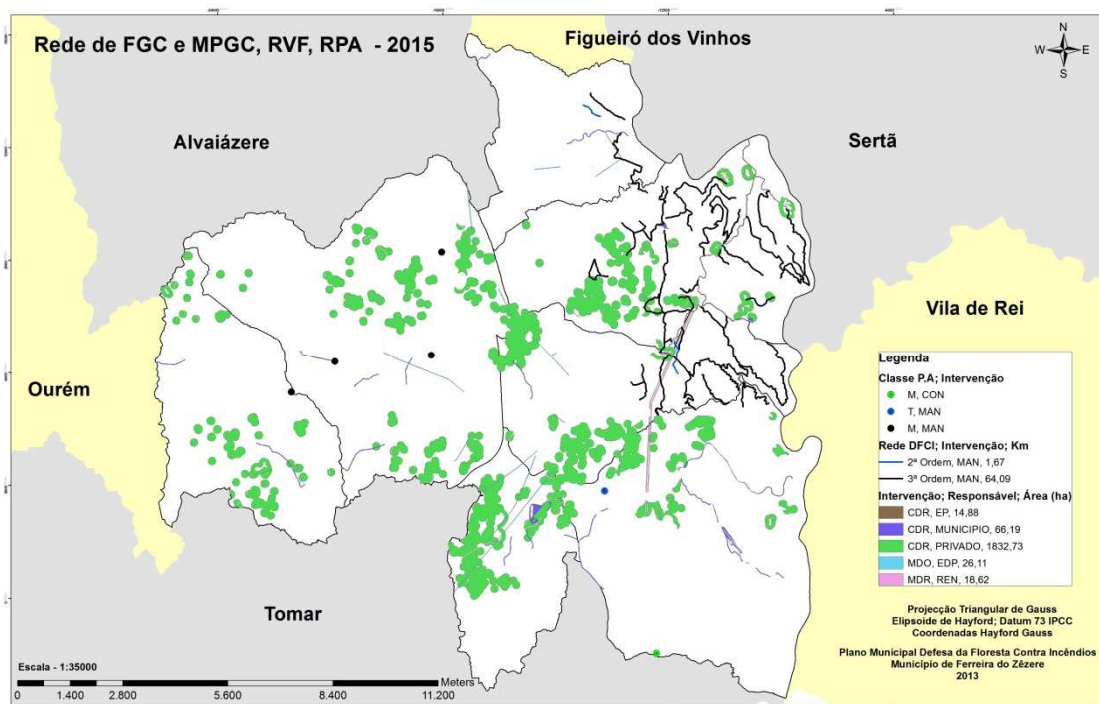


Ilustração 12 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2015

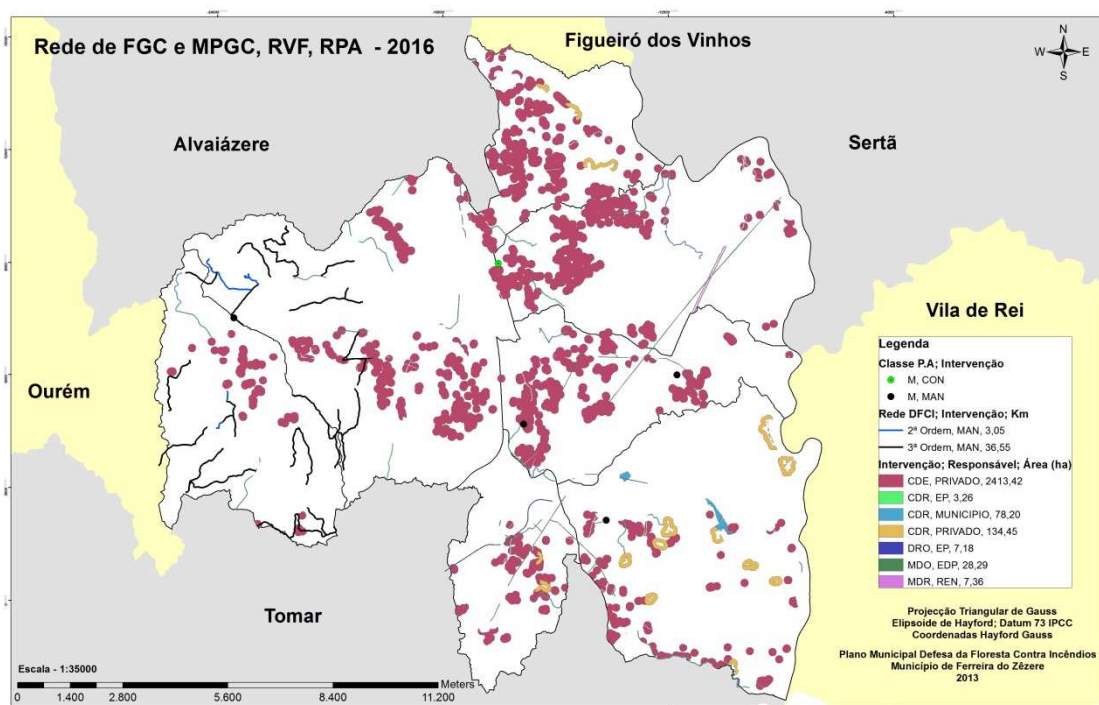


Ilustração 13 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2016

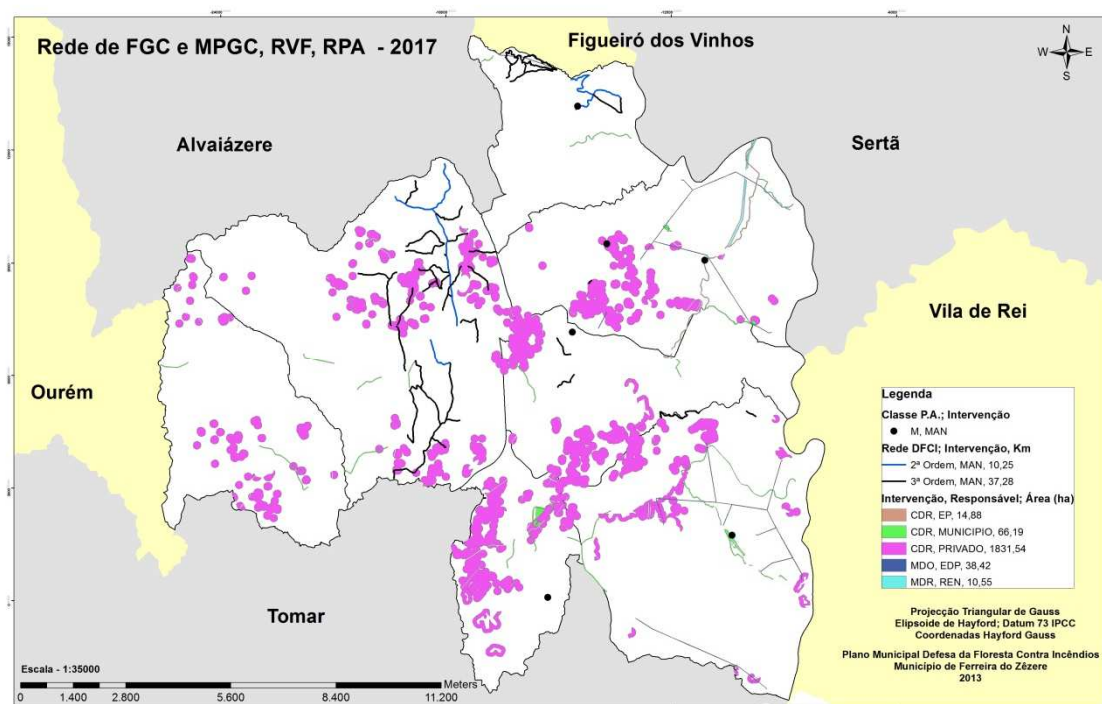


Ilustração 14 – Rede de FGC, MPGC, RVF, RPA - 2017

Como acima referido Ferreira do Zêzere possui uma extensa área de faixas de gestão de combustível, dado o elevado número de edificado isolado, assim como uma considerável rede viária florestal operacional. Dadas as atuais restrições orçamentais, assim como o meio de financiamento previsto ser orçamento próprio, torna-se imperioso uma criteriosa seleção das áreas a intervir. Desta forma foram selecionados os aglomerados populacionais e as faixas ao longo da rede viária que pelas suas características e historial de ocorrências se torna prioritário intervir. Estabeleceu-se que a limpeza da faixa de 50m em redor dos edifícios isolados é da responsabilidade dos proprietários privados e confinantes não estando programada a intervenção por parte do município, neste casos, dada impossibilidade orçamental. Os trabalhos serão realizados por meios mecânicos (trator com destroçador de correntes ou de martelos), propriedade do município e moto-manuais através de contrato de prestação de serviços existente com a equipa de sapadores florestais. No caso da faixa de gestão de combustível ao longo da rede viária ou infraestruturas de transporte de eletricidade, a intervenções estarão a cargo das respetivas entidades responsáveis.

Relativamente à RVF foi também estabelecido um plano de manutenção priorizando-se as estradas que pelas características e localização que sejam

fundamentais para garantir um rápido acesso a todos os pontos do concelho. Este plano será sujeito a alterações anuais de acordo as condições de operacionais verificadas sendo que as intervenções financeiramente estarão a cargo do município com a utilização de maquinaria própria.

Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA

Ano	Código Faixa	Com intervenção (ha)	Sem Intervenção (ha)
2013	1	0	4115,79
	2	0	550,49
	3	13,01	0,00
	4	0	135,29
	7	11,37	47,19
	10	0	112,87
	11	0	21,42
2014	1	2413,42	1702,38
	2	156,54	393,96
	3	0	13,01
	4	70,07	65,21
	7	10,66	47,90
	10	20,05	92,82
	11	18,56	2,86
2015	1	1702,38	2413,42
	2	130,35	420,15
	3	13,01	0
	4	65,21	70,08
	7	18,62	39,94
	10	26,11	86,76
	11	2,86	18,56
2016	1	2413,42	1702,38
	2	134,45	416,04
	3	0	13,01
	4	62,89	65,21
	7	7,36	51,20
	10	28,29	84,58
	11	18,56	2,86
2017	1	1702,38	2413,42
	2	129,16	421,34
	3	13,01	0,00
	4	65,21	70,08
	7	10,55	48,01
	10	38,42	74,44
	11	2,86	18,56

Quadro 3 – Distribuição da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

As faixas de gestão de combustíveis que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível conforme estabelecido no DL 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de junho, cumprem um importante papel na prevenção de incêndios.

Com acima foi referido cada uma das faixas estabelecidas neste Plano tem o seu responsável pela sua execução cabendo a cada um deles a zelar pela sua manutenção.

Rede de Gestão de FGC e MPGC	
Tipo de Faixa	Responsável
Ao longo de estradas e caminhos municipais e MPGC definidos	Município de Ferreira do Zêzere
Linhas de muito alta tensão	REN
Linhas de alta e média tensão	EDP
Estradas nacionais e autoestradas	Estradas de Portugal/Ascendi
Faixas em redor dos aglomerados populacionais e edifícios isolados	Proprietários, Arrendatários, Usufrutuários

Quadro 4 – Identificação do responsável pela execução de cada tipo de FGC

- Normas de edificação em espaço rural

De acordo com o n.º 2 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas na Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI).

No n.º 3 do Artigo 16.º do mesmo diploma legal e fora dos terrenos classificados nos PMDFCI com risco de incêndio alto ou muito alto as novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as regras definidas neste plano.

Assim, e para efeitos do n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, estabelecem-se as seguintes regras e condicionalismos à edificação,

para vigorarem na área do Concelho de Ferreira do Zêzere durante a vigência do presente plano (PMDFCI):

1. As novas edificações no solo rural têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m a qual terá de ser salvaguardada dentro dos limites da propriedade.
2. Quando não for tecnicamente possível, por razões que se relacionem com a dimensão da propriedade e/ou sua configuração, a salvaguarda da distância de 50m prevista na alínea 1), poderão ser admitidas distâncias inferiores às extremas da propriedade, até um mínimo de 30m, desde que a fachada em causa (fachada exposta) confronte com: Estrada, terreno agrícola de sequeiro ou regadio, afloramentos rochosos, outras edificações e planos de água, desde que no seu conjunto perfaçam os 50m referidos na alínea 1).
3. Quando se verifique o exposto no ponto 2) terão de ser tomadas medidas adicionais no que se refere à disponibilidade de meios complementares de combate a incêndios, bem como adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.
4. As medidas referidas no ponto anterior elencam-se por:
 - Existência de tomadas de água no exterior das edificações;
 - Existência de meios complementares de combate a incêndio;
 - Aumento da segurança passiva das fachadas expostas do edifício;
 - Existência de uma área de pavimento contígua e exterior às fachadas expostas do edifício com o mínimo de 10m de largura em material com características incombustíveis;
 - Nas fachadas expostas não é permitido a existência de árvores ou arbustos a menos de 15 das edificações.
5. As medidas previstas no ponto 4) poderão não ser cumulativas mas carecem obrigatoriamente de validação técnica, em fase de apreciação de projeto.

6. Para efeitos das disposições do presente PMDFCI, por “novas edificações no solo rural” devem entender-se apenas aquelas que, comprovadamente, foram construídas de raiz, sendo apenas aplicável o disposto nos pontos anteriores apenas a edificações posteriores à entrada em vigor deste plano.

Rede viária florestal

Classe RVF (Km)		2013	2014	2015	2016	2017
1ª Ordem	Com Intervenção	----	----	----	----	----
	Sem intervenção	74,16	74,16	74,16	74,16	74,16
2ª Ordem	Com Intervenção	7,76	2,98	1,65	3,05	10,25
	Sem intervenção	182,06	186,84	188,17	186,77	179,57
3ª Ordem	Com Intervenção	70,12	86,99	64,09	36,55	37,28
	Sem intervenção	558,29	544,09	566,99	594,53	593,80

Quadro 5 – Intervenções previstas na RVF do município pra 2013-2017

Rede pontos de água

ID_PA	TIPO_PA	VOL_MAX	INTER_2013	INTER_2014	INTER_2015	INTER_2016	INTER_2017
1	211	Albufeira	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2	111	124000	ESI	MAN	ESI	ESI	MAN
3	211	Albufeira	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
4	111	132000	ESI	MAN	ESI	ESI	MAN
5	211	Albufeira	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
6	111	124000	MAN	ESI	ESI	MAN	ESI
7	111	200000	ESI	MAN	ESI	ESI	MAN
8	214	30000000	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
9	111	124000	MAN	ESI	ESI	MAN	ESI
10	111	124000	ESI	MAN	ESI	ESI	MAN
11	211	Albufeira	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
12	211	Albufeira	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
13	211	Albufeira	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
14	111	68000	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
15	111	144000	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
16	111	124000	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
17	114	115000	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
18	212	10000000	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
19	111	124000	MAN	ESI	ESI	MAN	ESI
20	214	500000	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
21	214	400000	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
22	111	140000	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
23	211	Albufeira	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI

24	111	224000	MAN	ESI	ESI	MAN	ESI
25	111	440000	ESI	MAN	ESI	ESI	MAN
26	111	440000				CON	ESI
27	111	440000			CON	ESI	ESI
28	111	440000		CON	ESI	ESI	MAN

Quadro 6 – Intervenções previstas na RPA do município pra 2013-2017

Metas e indicadores

Ano	Ação	Metas	Unidades	Indicadores	%
2013	Implementação e manutenção de FGC (edificações isoladas)	Manutenção - CDR	hectare	0	10,00
	Implementação e manutenção de FGC (aglomerados populacionais)	Manutenção - CDR	hectare	0	100,00
	Implementação e manutenção de FGC (parques e polígonos industriais)	Manutenção - CDR	hectare	13,01	100,00
	Implementação e manutenção da FGC (rede viária)	Manutenção - CDR	hectare	0	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de alta tensão)	Manutenção - MDR	hectare	11,37	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de media tensão)	Manutenção - MDO	hectare	0	100,00
	Implementação e manutenção de MPGC	Manutenção - CDR	hectare	0	100,00
	Implementação e manutenção de pontos de água	Manutenção/construção	unidade	4	100,00
	Manutenção da rede viária florestal	Manutenção	km	77,88	100,00
2014	Implementação e manutenção de FGC (edificações isoladas)	Manutenção - CDR	hectare	2413,42	15,00
	Implementação e manutenção de FGC (aglomerados populacionais)	Manutenção - CDR	hectare	156,54	100,00
	Implementação e manutenção de FGC (parques e polígonos industriais)	Manutenção - CDR	hectare	0	100,00
	Implementação e manutenção da FGC (rede viária)	Manutenção - CDR /DRO	hectare	70,07	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de alta tensão)	Manutenção - MDR	hectare	10,66	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de media tensão)	Manutenção - MDO	hectare	20,05	100,00
	Implementação e manutenção de MPGC	Manutenção - CDR	hectare	18,56	100,00
	Implementação e manutenção de pontos de água	Manutenção/construção	unidade	6	100,00
	Manutenção da rede viária florestal	Manutenção	km	89,97	100,00
2015	Implementação e manutenção de FGC (edificações isoladas)	Manutenção - CDR	hectare	1702,38	20,00
	Implementação e manutenção de FGC (aglomerados populacionais)	Manutenção - CDR	hectare	130,35	100,00
	Implementação e manutenção de FGC (parques e polígonos industriais)	Manutenção - CDR	hectare	13,01	100,00
	Implementação e manutenção da FGC (rede viária)	Manutenção - CDR	hectare	65,21	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de alta tensão)	Manutenção - MDR	hectare	18,62	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de media tensão)	Manutenção - MDO	hectare	26,11	100,00
	Implementação e manutenção de MPGC	Manutenção - CDR	hectare	2,86	100,00
	Implementação e manutenção de pontos de água	Manutenção/construção	unidade	6	100,00
	Manutenção da rede viária florestal	Manutenção	km	65,74	100,00
2016	Implementação e manutenção de FGC (edificações isoladas)	Manutenção - CDE	hectare	2413,42	25,00
	Implementação e manutenção de FGC (aglomerados populacionais)	Manutenção - CDR	hectare	134,45	100,00
	Implementação e manutenção de FGC (parques e	Manutenção - CDR	hectare	0	100,00

	polígonos industriais)				
	Implementação e manutenção da FGC (rede viária)	Manutenção - CDR	hectare	62,89	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de alta tensão)	Manutenção -MDR	hectare	7,36	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de media tensão)	Manutenção - MDO	hectare	28,29	100,00
	Implementação e manutenção de MPGC	Manutenção	hectare	18,56	100,00
	Implementação e manutenção de pontos de água	Manutenção/construção	unidade	5	100,00
	Manutenção da rede viária florestal	Manutenção	km	39,6	100,00
2017	Implementação e manutenção de FGC (edificações isoladas)	Manutenção - CDR	hectare	1702,38	30,00
	Implementação e manutenção de FGC (aglomerados populacionais)	Manutenção - CDR	hectare	129,16	100,00
	Implementação e manutenção de FGC (parques e polígonos industriais)	Manutenção - CDR	hectare	13,01	100,00
	Implementação e manutenção da FGC (rede viária)	Manutenção - CDR	hectare	65,21	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de alta tensão)	Manutenção - MDR	hectare	10,55	100,00
	Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de media tensão)	Manutenção -MDO	hectare	38,42	100,00
	Implementação e manutenção de MPGC	Manutenção - CDR	hectare	2,86	100,00
	Implementação e manutenção de pontos de água	Manutenção/construção	unidade	6	100,00
	Manutenção da rede viária florestal	Manutenção	km	47,53	100,00

Quadro 7 – Metas e indicadores – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período 2013 a 2017

Orçamentos e responsáveis

Ação	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)				
		2013	2014	2015	2016	2017
Implementação e manutenção de FGC (edificações isoladas)	Proprietários, Arrendatários, Usufrutuários	----	----	----	----	----
Implementação e manutenção de FGC (aglomerados populacionais)	Município de Ferreira do Zêzere	----	64907	54747	56469	54247
Implementação e manutenção de FGC (parques e polígonos industriais)	Município de Ferreira do Zêzere	5464	----	5464	----	5464
Implementação e manutenção da FGC (rede viária)	Município de Ferreira do Zêzere	----	29429	27388	26414	27388
Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de alta tensão)	EDP	----	----	----	----	----
Implementação e manutenção FGC (rede elétrica de media tensão)	REN	----	----	----	----	----
Implementação e manutenção de MPGC	Município de Ferreira do Zêzere	----	7795	1201	7795	1201
Implementação e manutenção de pontos de água	Município de Ferreira do Zêzere	2400	41000	23000	22400	3000
Manutenção da rede viária florestal	Estradas de Portugal/Ascendi; Município de Ferreira do Zêzere	62304*	71976*	52592*	31680*	38024*
Total*		70168	215107	164392	144758	135324

Quadro 8 - Orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais. *- Apenas contemplado o valor previsto despendido por parte do Município de Ferreira do Zêzere. Valor de referência para manutenção da RVF – 800€/km. Valor de referência para FGC – 420€/ha.

2. Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios

Objetivo estratégico	- Sensibilização e educação das populações; - Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.
Objetivos operacionais	- Sensibilizar a população; - Sensibilização e educação escolar; - Fiscalização.
Ações	
- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais e à população escolar; - Definir áreas críticas e prioridades de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as zonas de risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco.	

Considerando que o objetivo do controlo de ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é sobre a alteração de comportamentos relativos ao uso do fogo e sobre os comportamentos negligentes e de risco que se pretende atuar.

Para tal no Concelho pretende-se, de acordo com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, educar e sensibilizar as populações. Os principais alvos destas ações, no caso de Ferreira do Zêzere, são as populações rurais, as que vivem na interface urbano/rural, a população escolar e os proprietários florestais.

Pretende-se ainda melhorar o conhecimento da causalidade dos incêndios e das suas motivações de modo a permitir uma atuação mais célere e eficaz na sua prevenção. Para tal, torna-se necessária uma adequada interligação com as entidades competentes na área de investigação das causas de incêndio.

- Avaliação

Sensibilização - Diagnóstico

Grupo-alvo	O Que?	Como	Onde?	Quando?
População rural e de interface urbano/rural	Alertar para comportamentos de risco	Panfletos	Centros urbanos	Abril/Maio
Proprietários Florestais	Importância das Intervenções Florestais	Sessões de esclarecimento	Sedes de freguesia	Março a Maio
Caçadores	Comportamentos e normas a ter dentro dos espaços florestais	Sessões de esclarecimento	Sedes de freguesia	Março a Maio
Agricultores	Alertar para comportamentos de risco no interface rural/florestal	Comunicação social		Março a Maio
População escolar	Comportamentos de risco/importância dos espaços florestais	Sessões de esclarecimento	Escolas do concelho	Março

Quadro 9 – Comportamento de risco - diagnóstico

Fiscalização -Diagnóstico

Processos	2010	2011	2012
Processos iniciados	35	59	23
Processos arquivados (ordem de limpeza dada pela CMFZ e cumprida pelo infrator)	--	56	22
Processos que seguiram para contraordenação	--	3	1

Quadro 10 – Fiscalização - Avaliação

- Planeamento de ações

Sensibilização

- Metas e indicadores

Ação	Metas	Indicadores				
		2013	2014	2015	2016	2017
Sensibilização das populações na zona de interface urbano-florestal para os perigos incorreto uso de fogo e proteção dos bens	-Realização de sessões de esclarecimentos nas Sedes de Freguesia	Secção de esclarecimento e sensibilização em 4 freguesias	Secção de esclarecimento e sensibilização em 5 freguesias	Secção de esclarecimento e sensibilização em 4 freguesias	Secção de esclarecimento e sensibilização em 5 freguesias	Secção de esclarecimento e sensibilização em 4 freguesias
	-Campanhas na comunicação social		Spot comercial na rádio e no jornal local		Spot comercial na rádio e no jornal local	
Sensibilização da população escolar	-Realização de sessões nas escolas do Concelho sob a importância da floresta e comportamentos de risco		Sessões de sensibilização em todas as turmas do jardim-de-infância e 1º ciclo do ensino básico		Sessões de sensibilização em todas as turmas do jardim-de-infância e 1º ciclo do ensino básico	
	-Distribuição de folhetos informativos		Distribuição de 500 exemplares		Distribuição de 500 exemplares	

Quadro 11 – Sensibilização - metas e indicadores

- Orçamento e responsáveis

Metas	2013		2014		2015		2016		2017	
	Orç	Resp	Orç	Resp	Orç	Resp	Orç	Resp	Orç	Resp
Realização de sessões de esclarecimentos nas sedes de freguesia	800€*	SMPC	800€*	SMPC	800€*	SMPC	800€*	SMPC	800€*	SMPC
Campanhas na comunicação social			1400 €	SMPC			1400 €	SMPC		
Realização de sessões nas escolas do concelho sob a importância da floresta e comportamentos de risco			1950 €*	SMPC			1950 €*	SMPC		
Distribuição de folhetos informativos			1600 €	SMPC			800 €	SMPC		

Quadro 12 – Sensibilização – Orçamento e responsáveis. * - Valor não sujeito a IVA

Fiscalização

- Metas e indicadores

Ação	Metas	Indicadores 2013-2017
- Patrulhamento florestal e ações de apoio ao patrulhamento florestal - Ações de fiscalização	- Diminuição do número de ocorrências. - Aumento da área intervencionada pelos proprietários florestais	- Diminuição em 10% do número de ocorrências verificadas no ano anterior

Quadro 13 – Fiscalização - metas e indicadores

- Orçamento e responsáveis

2013 (para 2014-2017 são considerados os valores de 2013, mais o agravamento dos fatores económicos)		
Metas	Ações Propostas	Orçamento
Fiscalização e patrulhamento florestal (01 Maio a 31 de Outubro)	Patrulhas do Posto territorial de Ferreira do Zêzere (180 dias = 180 patrulhas)	180 Patrulhas automóveis x 7l (gasóleo) (50km por patrulha) 1260l x €1,00 = €1260
	Patrulhas do SEPNA (90 dias = 90 patrulhas)	90 Patrulhas automóveis x 14l (gasóleo) (100km por patrulha) 1260l x €1,00 = €1260
	Patrulhas EPF (90 dias = 90 patrulhas)	90 Patrulhas automóveis x 14l (gasóleo) (100km por patrulha) 1260l x €1,00 = €1260
	Posto de Vigia situado no Concelho nº 56.06 (4 indivíduos que asseguram o serviço por turnos)	4 x €600,00 (Vencimento Mensal) €2400 x 6 meses = €9600 Despesas inerentes ao Funcionamento do PV = 6 meses x €50 = €300
		Total previsto = €13680

Quadro 14 – Fiscalização – orçamentos e responsáveis

3. Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia e da gestão dos incêndios

Objetivo estratégico	- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção; - Adequação da capacidade de 1.ª intervenção; - Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.
Objetivos operacionais	- Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado; - Estruturar o nível municipal e distrital de 1.ª intervenção; - Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância após rescaldo; - Integrar e melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
Ações	
- Executar a inventariação dos meios e recursos existentes e o respetivo plano de reequipamento; - Definir os setores territoriais DFCl e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância após incêndio; Identificar todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimento e objetivos. - Definir os sistemas de vigilância e deteção; - Identificar os elementos do território relevantes para apoio à decisão.	

A dicotomia entre a prioridade dada à defesa de vidas e edifícios e a prioridade à defesa da floresta obriga a uma redefinição operacional e requer uma abordagem diferente na ótica do planeamento e estratégia do combate.

Para tal é necessário a organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios tendo em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos incêndios, antes que assumam grandes proporções

No que concerne Meios e Recursos, Dispositivos Operacionais DFCl, Setores Territoriais DFCl e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE), Vigilância e Deteção, 1.ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio, relativos ao 3º Eixo Estratégicos, estes encontram-se desenvolvidos no Plano Operacional Municipal de 2013, aprovado a 11 de abril, em sede de reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta. O mesmo será

atualizado em 2014 e anos seguintes e integrado como o Caderno III deste plano.

- Vigilância e deteção

A vigilância dos espaços rurais têm como o objetivo a deteção rápida de incêndios florestais, promovendo o seu atempado combate, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a deflagração de incêndios

O concelho de Ferreira do Zêzere está abrangido pela Rede Nacional de Postos de Vigia com a existência de um posto de vigia posto de vigia (PV) (56-06) na freguesia de Ferreira do Zêzere, localidade de Pombeira.

Para além do posto de vigia acima mencionado dão cobertura ao concelho, outros 4 postos de vigia, a saber:

- PV 56-08 – Concelho de Tomar – providência cobertura a zona sul/este do Concelho
- PV 56-01 – Concelho de Ourém – providência cobertura a zona sul/oeste do concelho
- PV 47-07 – Concelho de Alvaiázere – providência cobertura a zona norte/oeste do concelho
- PV 36-05 – Concelho de Sertã – providência cobertura a zona norte/este do concelho

A Vigilância/Pré-posicionamento está a cargo da Guarda Nacional Republicana e duas equipas de Sapadores Florestais tendo sido delimitados três sectores de atuação distintos.

Fases de Perigo	N.º de equipas	Índice entre o n.º de incêndios florestais e n.º total de equipas de vigilância e deteção (2002-2013)
Alfa (01/01 a 14/05)	0	Não aplicável
Bravo (15/05 a 30/06)	2	1,4
Charlie (01/07 a 30/09)	2	9,95
Delta (01/10 a 31/10)	0	Não aplicável
Echo (01/011 a 31/12)	0	Não aplicável

Quadro 15 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção (móveis e PV) nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo.

- 1ª Intervenção

A eficácia no combate a incêndios depende, em grande medida do tempo de chegada dos primeiros meios ao local da ocorrência.

A Diretiva Operacional Nacional da ANPC estabelece como tempo máximo desde a ocorrência do incêndio até à chegada ao local da ocorrência, até 20 minutos

Para a sua determinação calculou-se a carta de isócronas a partir dos LEE existentes no concelho. Para a sua elaboração teve-se em consideração a rede viária existente em que se atribuíram diferentes velocidades de rodagem consoante a sua categoria.

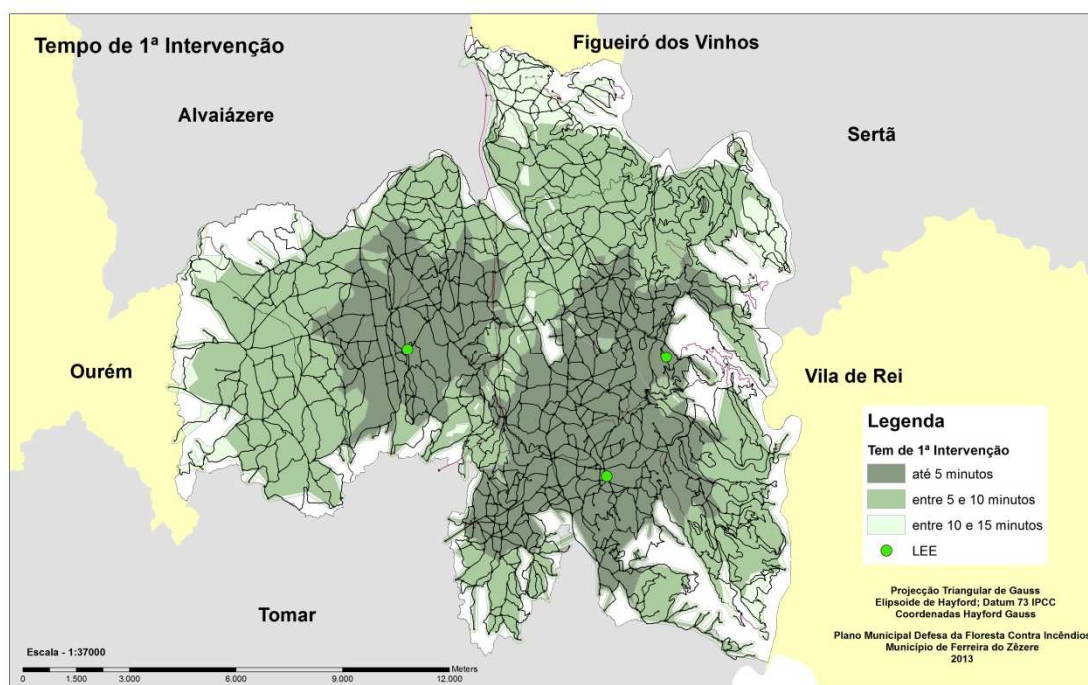


Ilustração 15 – Tempos de 1ª intervenção

Após a análise do mapa em anexo verifica-se que a grande maioria do concelho se encontra a menos 10min da chegada do primeiro meio de combate, sendo que menos de 15 minutos, todos os pontos se encontram do concelho se encontram cobertos.

Fases de Perigo	N.º de equipas	Índice entre o n.º de incêndios florestais e n.º total de equipas de 1ª intervenção (2002-2013)
Alfa (01/01 a 14/05)	1	3,6
Bravo (15/05 a 30/06)	3	0,93
Charlie (01/07 a 30/09)	5	3,98
Delta (01/10 a 31/10)	1	2,4
Echo (01/011 a 31/12)	1	1

Quadro 16 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de 1ª intervenção nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo.

Através da análise do quadro anterior verifica-se que o n.º de incêndios florestais relativamente ao n.º de equipas de 1ª intervenção, nos últimos 10 anos é relativamente baixo sendo a fase Charlie aquela que apresenta maior valor.

Relativamente ao tempo médio necessário até à chegada do primeiro meio de 1ª intervenção verifica-se que a freguesia de Chãos é aquela que apresenta valores muito superiores à média com mais de 20 minutos até à chegada do primeiro meio. É no entanto de realçar que no aferimento destes valores entraram em conta os anos de 2003 a 2012, ou seja, levou-se em consideração anos em que ainda não existiam LEE (locais estratégicos de estacionamento), nem equipas de sapadores florestais, o que combinando com o facto de ser a freguesia mais distante do quartel dos bombeiros é de esperar o registo de valores mais elevados.

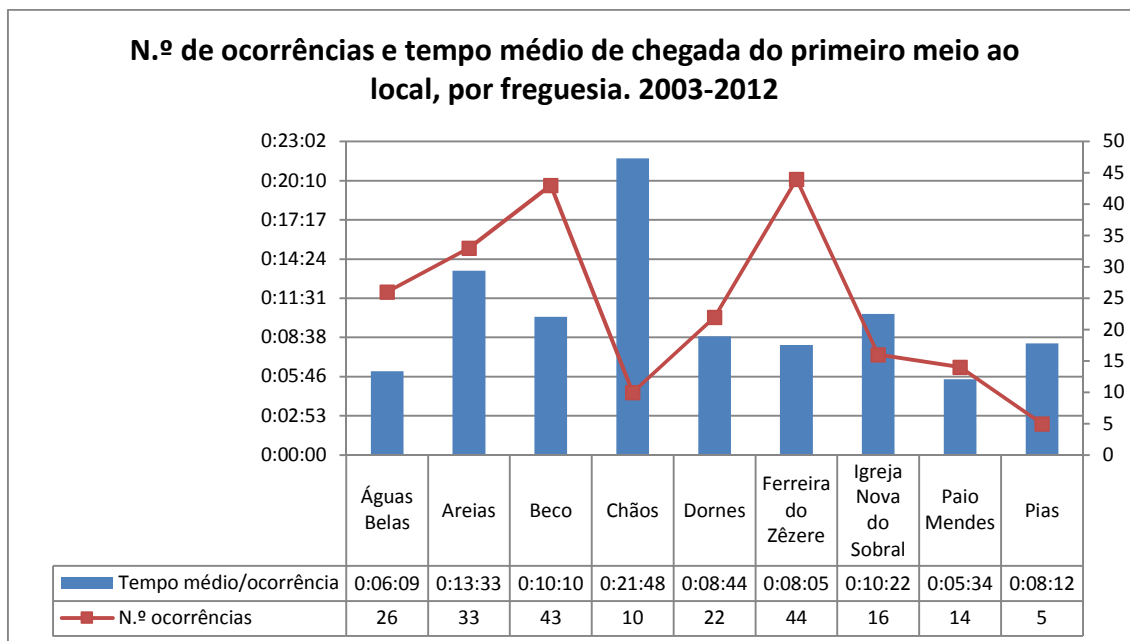


Ilustração 16 – Gráfico da relação entre o número de ocorrências e o tempo médio de chegadas do primeiro meio ao local

- Rescaldo e vigilância pós-rescaldo

Ano	Reacendimentos
2003	1
2004	2
2005	3
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0
2010	4
2011	0
2012	0

Quadro 17 – Identificação do n.º de reacendimentos, por ano, desde 2003

Relativamente à distribuição anual do número de reacendimentos no período em causa, 2003 a 2012 (Quadro 17), verifica-se que a partir de 2005, com exceção de 2010, não se têm verificado reacendimentos.

- Planeamento de ações

Fases de Perigo	Ação	Metas	Indicadores				
			2013	2014	2015	2016	2017
Alfa	Primeira intervenção	Diminuir o índice entre n.º de incêndios florestais e n.º de equipas de 1ª intervenção	<3	<3	<3	<2	<2
	Formação	Realização de um simulacro de combate a incêndios florestais em que participem todas as entidades envolvidas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Bravo	Vigilância e deteção	Diminuir o índice entre n.º de incêndios florestais e n.º de equipas de vigilância e deteção	<2	<2	<2	<1	<1
	Primeira intervenção	Manter o índice entre n.º de incêndios florestais e n.º de equipas de 1ª intervenção	<1	<1	<1	<1	<1
	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Manutenção dos números de reacendimentos	0	0	0	0	0
Charlie	Vigilância e deteção	Diminuir o índice entre n.º de incêndios florestais e n.º de equipas de vigilância e deteção	<2	<2	<1	<1	<1
	Primeira intervenção	Diminuir o índice entre n.º de incêndios florestais e n.º de equipas de 1ª intervenção	<4	<4	<3	<3	<2
	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Manutenção dos números de reacendimentos	0	0	0	0	0
Delta	Primeira intervenção	Diminuir o índice entre n.º de incêndios florestais e n.º de equipas de 1ª intervenção	<3	<3	<2	<2	<1
	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Manutenção dos números de reacendimentos	0	0	0	0	0
Echo	Primeira intervenção	Manter o índice entre n.º de incêndios florestais e n.º de equipas de 1ª intervenção	<1	<1	<1	<1	<1
	Formação	Realização de um briefing anual em que participem todas as entidades envolvidas		Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 18 – Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio - metas e indicadores

Entidade	Ações	Estimativas de Orçamentos (€)					
		2013	2014	2015	2016	2017	Total
Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere	-Formação	8000	10000	10000	11000	11000	50000
	- Pessoal (Vencimentos e Encargos)	264000*	264000*	264000*	264000*	264000*	1320000
	-Equipamento ligeiro	18000	20000	25000	25000	30000	118000
	- Veículos		1 VT – 100000	Manutenção /Recuperação de Frota – 80000	1 VFCI – 130000	Manutenção de Frota – 50000	360000
	Total	290000	392000	379000	430000	355000	1848000
Sapadores Florestais	- Vigilância e deteção -1ª Intervenção - Vigilância pós-incêndio	70000	70000	70000	70000	70000	350000

Quadro 19 – Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio - orçamentos

4. Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objetivo estratégico	Recuperação e reabilitação dos ecossistemas
Objetivos operacionais	Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo
Ações	
- Definição de tipologias de reabilitação dirigido à recuperação de áreas ardidas, promovendo o controlo de erosão, habitats sensíveis, defesas das infraestruturas e das estações e proteção da rede hidrográfica	

- Adoção de práticas de gestão pós-fogo

Após a ocorrência de um fogo, os espaços florestais podem sofrer processos de degradação ecológica, quer devido a perdas locais de biodiversidade vegetal e animal, quer devido a fenómenos de erosão. Estes últimos poderão ainda causar impactos significativos nos recursos hídricos, uma vez que poderão diminuir a capacidade de retenção de águas dos solos e reduzir as secções de vazão.

Os principais fatores que controlam a erosão após fogo, são a percentagem de cobertura do solo e a repelência do solo à água, sendo esta, a principal causa da elevada produção de escorrência. Existem muitas técnicas, tanto da área da engenharia como das práticas tradicionais que dependendo do local de atuação, na área ardida podem-se agrupar como técnicas de recuperação do solo.

Estas técnicas dividem-se:

- Tratamento de encostas
- Tratamento de canais
- Tratamento de caminhos e trilhos

Geralmente estas técnicas podem ser aplicadas em qualquer povoamento florestal percorrido por incêndio sendo necessário, dada a impossibilidade de tratar toda a área afetada, identificar e selecionar as áreas de maior vulnerabilidade.

- Avaliação e mitigação

Depois de um incêndio florestal torna-se necessário avaliar no terreno os impactos produzidos. Nesta altura são aplicadas medidas de curto prazo, para prevenção de risco de erosão e realizada uma apreciação que permitirá a implementação de medidas que médio e a longo prazo que incidam sobre a recuperação dos ecossistemas de forma sustentada.

A responsabilidade destas ações cabe aos proprietários florestais, ou das entidades públicas (quando aplicável).

- Conceção de planos de recuperação de áreas ardidas

No decorrer da avaliação pós-fogo e definidas estratégias torna-se importante a elaboração de planos de reabilitação de áreas ardidas.

Estas devem ter em conta as orientações emanadas do Conselho Nacional de Reflorestação, respeitar a legislação em vigor aplicável e integre medidas de defesa da floresta contra incêndios.

5. Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Objetivo estratégico	Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta.
-----------------------------	---

Objetivos operacionais	Fomento das operações de DFCI e garantir o apoio técnico e logístico
-------------------------------	--

Ações
- Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações; - Elaboração do cronograma de reuniões da CMDFCI; - Estabelecimento da data de aprovação do POM; - Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento.

Com o intuito de que todas as entidades intervenientes se possam articular no combate aos incêndios florestais é determinante que cada uma das ações por elas desempenhadas sejam atempadas e devidamente programadas devendo, neste sentido haver uma capacidade de gestão integrada para a sua monitorização.

No concelho de Ferreira do Zêzere, tendo em conta as diferentes organizações e organismos que nele atuam a CMDFCI tem a seguinte composição.

Entidades
- Presidente da Câmara Municipal ou seu representante; - Comandante Operacional Municipal; - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP.; - Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere; - Guarda Nacional Republicana; - Associação Florestal FlorZêzere; - Presidente da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere - Representante das juntas de Freguesias de Ferreira do Zêzere

Quadro 20 – Entidades intervenientes na CMDFCI

Uma estrutura orgânica e funcional por parte da CMDFCI visa um conjunto de competências, nomeadamente o aperfeiçoamento do sistema municipal de planeamento e coordenação de diversas ações, deteção e de

comunicação de incêndios florestais, o reforço da fiscalização e da vigilância nos espaços florestais e das atividades associadas, o reforço da formação dos agentes intervenientes em matéria de prevenção, e a sensibilização e informação da população.

Entidades	Responsabilidades
- Município de Ferreira do Zêzere	- Coordenação de todas as entidades intervenientes; - Programar, acompanhar e fiscalizar as ações de gestão de combustível e silvicultura preventiva e rede viária florestal; - Delinear, promover e executar campanhas de sensibilização a diversas populações alvo.
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP.;	- Prestar apoio técnico relativo a ações de sensibilização, recuperação de áreas florestais, ardidas, gestão de combustível e silvicultura preventiva.
- Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere;	- Responsável pelos aspetos operacionais; - Apoio nas ações sensibilização; - Inventariação atualizada de meios existentes; - Apoio nas ações sensibilização;
- Guarda Nacional Republicana;	- Manutenção de ações de vigilância; - Manutenção de ações de fiscalização
- Associação Florestal FlorZêzere;	- Colaborar nas ações de sensibilização às populações. - Prestar apoio, através das equipas de sapadores, às ações operacionais - Prestar o apoio necessário às outras entidades intervenientes;
- Juntas de Freguesias de Ferreira do Zêzere	- Prestar apoio nas ações de sensibilização e divulgação no que concerne ao uso do fogo e gestão de combustível.

Quadro 21 – Entidades intervenientes na CMDFCI - Responsabilidades

As reuniões da Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios realizar-se-ão, salvo exceção, duas vezes por ano, preferencialmente em Abril, durante a primeira quinzena e durante o mês de Novembro:

Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reunião												

Quadro 22 – Cronograma das reuniões CMDFCI

O Plano Operacional Municipal será apresentado para aprovação até dia 15 de Abril de cada ano.

O atual Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é vigente de 2013 a 2017 inclusive, estando programado a sua atualização pontual, sempre que necessário.